

Índice

Para saber mais	Pág. 2
Novidades	Pág. 3
Tema em Destaque	
Cartografia de suporte à operação Censos 2011	
Cartografia Censitária	Pág. 3/4
Infra-estrutura de Referenciação Geográfica	Pág. 4/5
Construção da BGRI 2011	Pág. 5/9
Interação com Autarquias Locais e Associações de Municípios	Pág. 10
Aspectos Organizacionais	Pág. 10
Equipa em Foco	
Equipa da Georreferenciação	Pág. 11

Apresentação

Os Censos 2011 (XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação) vão realizar-se no primeiro trimestre do próximo ano, estando as actividades de preparação em fase de finalização.

Uma das componentes mais importantes dessa preparação é o programa da cartografia censitária, tanto pelo impacto que tem na organização dos trabalhos no terreno como pelo suporte que constitui para a difusão georeferenciada dos resultados censitários, em especial para as chamadas pequenas áreas estatísticas (secção e subsecção estatística).

Nos Censos 2011 este programa assume uma relevância acrescida, uma vez que vai proceder-se à identificação da localização dos edifícios recenseados através da inserção do respectivo ponto em suporte cartográfico digital. Este procedimento vai permitir registar, de forma harmonizada e simultânea, as coordenadas geográficas para cada edifício recenseado.

Assim, este número da Newsletter, o nº 6, tem como tema central a preparação da cartografia censitária, procurando explicar as várias fases e tarefas que a mesma tem implicado, quer para o INE, quer para outras entidades nacionais envolvidas, com destaque para o Instituto Geográfico Português e para as Autarquias Locais.

Nesta Newsletter apresenta-se também informação resumida sobre o desenvolvimento da Directiva Comunitária Inspire e do projecto comunitário GEOSTAT, bem como sobre as implicações e a participação de Portugal nestas actividades da UE. Na última página “dá-se cara” à equipa que vem trabalhando intensamente na preparação da cartografia censitária para 2011.

Formulo os meus melhores votos para que este número da Newsletter Censos 2011 tenha ampla divulgação e suscite o envio de sugestões que possam contribuir para a melhoria do seu conteúdo. Dúvidas sobre a operação que sejam apresentadas ao INE merecerão a melhor atenção.

É firme propósito do INE que toda a informação estatística, e os Censos 2011 em particular, esteja cada vez mais perto dos Cidadãos e ao seu serviço.

Alda de Caetano Carvalho
Presidente do Instituto Nacional de Estatística

Ficha Técnica

Título
Newsletter Censos 2011

Editor
Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo
Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Periodicidade
Quadrimestral



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTISCHES PORTUGAL

Informar. Saber. Decidir.

censos.ine.pt



Para saber mais

Directiva INSPIRE

Scenarios Models Societal benefits Observation system

Anexo I

1. Sistemas de referencia
2. Sistemas de quadrículas geográficas
3. Toponímia
4. Unidades administrativas
5. Endereços
6. Parcelas cadastrais
7. Redes de transporte
8. Hidrografia
9. Sítios protegidos

Entrou em vigor a 15 de Maio de 2007 a Directiva INSPIRE (*Infrastructure for Spatial Information in the European Community*), Directiva 2007/2/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Março de 2007, publicada no Jornal Oficial das Comunidades, em 25 de Abril de 2007, que estabelece a criação da Infra-estrutura Europeia de Informação Geográfica.

A Directiva INSPIRE incide sobre informação espacial da responsabilidade das instituições públicas dos Estados Membros, referente a um conjunto de temas distribuídos por três anexos que abrangem dados espaciais de natureza trans-sectorial e dados espaciais específicos do sector ambiental.

Anexo II

1. Altitude
2. Ocupação do solo
3. Ortoimagens
4. Geologia

O Geoportal INSPIRE é o Ponto de acesso através da Internet para os serviços de dados espaciais previstos, sendo possível pesquisar serviços e dados, que se encontram distribuídos nos diversos servidores nacionais.

Anexo III

1. Unidades estatísticas
2. Edifícios
3. Solo
4. Uso do solo
5. Saúde humana e segurança
6. Serviços de utilidade pública e do Estado
7. Instalações de monitorização do ambiente
8. Instalações industriais e de produção
9. Instalações agrícolas e aquícolas
10. Distribuição da população-demografia
11. Zonas de gestão/restricção/regulamentação e unidades de referência
12. Zonas de risco natural
13. Condições atmosféricas
14. Características geometeorológicas
15. Características oceanográficas
16. Regiões marinhas
17. Regiões biogeográficas
18. Habitats e biótopos
19. Distribuição das espécies
20. Recursos energéticos
21. Recursos minerais

INSPIRE em Portugal

O Instituto Geográfico Português (IGP) é o *National Contact Point* representante do Estado Português no Comité INSPIRE. A Rede INSPIRE-PT foi constituída em Junho 2007 para apoio à implementação da directiva e integra cerca de 60 membros, entre os quais o INE, enquanto pontos focais das instituições públicas produtoras e/ou utilizadoras de informação geográfica.

Um estudo iniciado em 2008 pelo IGP permitiu identificar as autoridades públicas com responsabilidades formais pelos Conjuntos de Dados Geográficos (CDG) e Serviços, associados aos temas anteriormente referidos.

O INE surge, neste âmbito, como uma das instituições com responsabilidade ao nível dos seguintes temas:

Informação detalhada sobre a Directiva INSPIRE pode ser consultada em <http://snig.igeo.pt/inspire/>

Anexo	Tema	Função
1	Toponímia	Produtor
1	Unidades administrativas	Produtor
1	Endereços	Detentor
3	Unidades estatísticas	Produtor
3	Edifícios	Produtor
3	Distribuição da população - demografia	Produtor

EURADIN

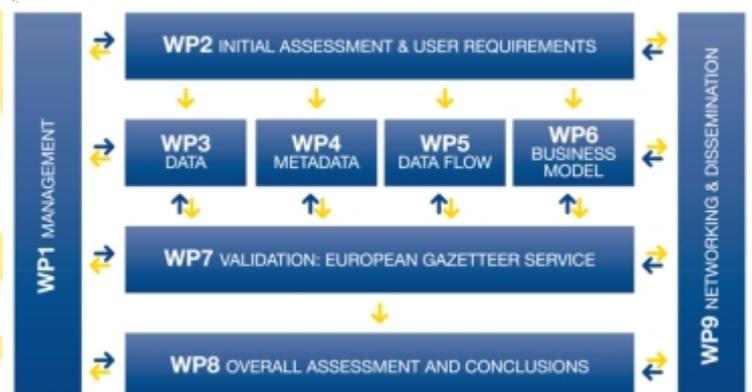


EURADIN
European Addresses
Infrastructure

O projecto *European Addresses Infrastructure* (EURADIN) tem como objectivo principal promover a harmonização dos dados relativos ao Endereço nos diferentes países da UE. O projecto foi iniciado em Junho 2008, tem a duração de 24 meses e está organizado em 9 *Workpackages*.

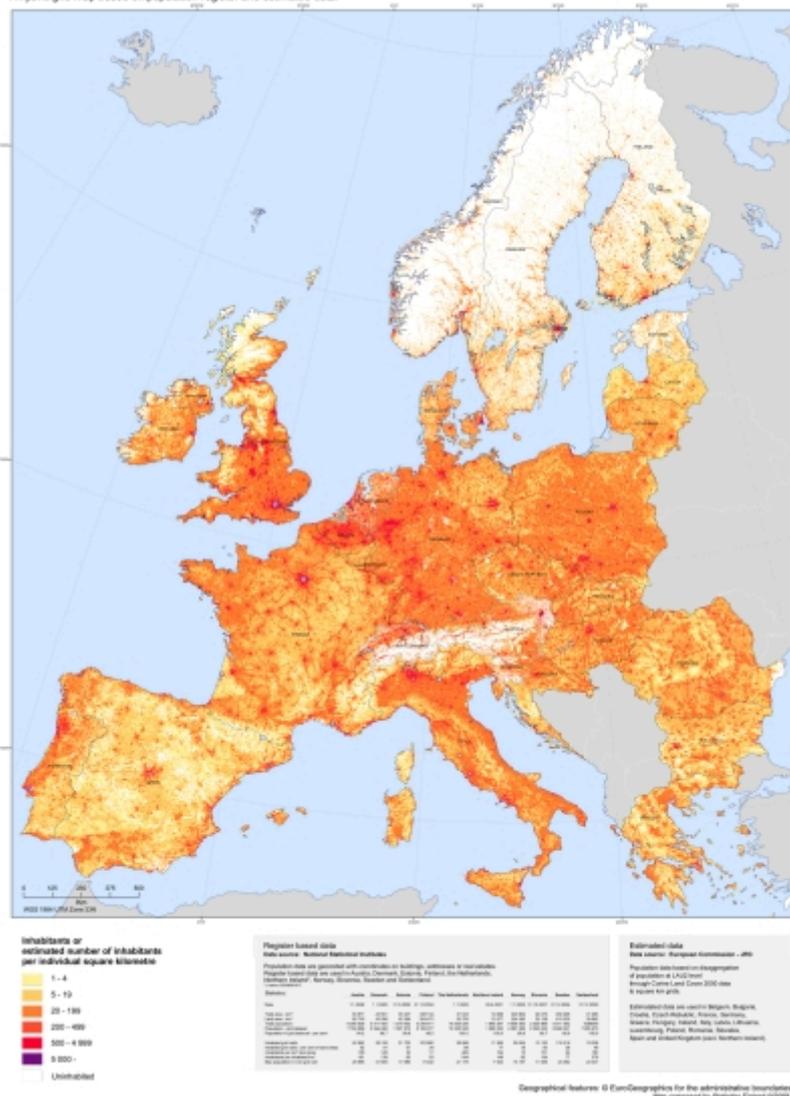
Os representantes de Portugal no EURADIN são o Instituto Geográfico Português (IGP) e o Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias (UNINOVA). Ambas as instituições integram o consórcio de cerca de 30 entidades de 16 países da UE, responsável pelo desenvolvimento do projecto.

O INE, através do DMSI/GEO, tem acompanhado e colaborado nas tarefas em que o IGP e o UNINOVA estão envolvidos, com destaque para a execução de um projecto piloto no Município de Tavira. Este projecto, desenvolvido em articulação com a Autarquia de Tavira, visa implementar a proposta de Modelo de Dados para o Endereço Nacional, baseado nas especificações do EURADIN e da Directiva INSPIRE.



Population by 1 square km grids

A hybrid grid map based on population register and estimated data.



INE participa no GEOSTAT

O projecto GEOSTAT - projecto comunitário no domínio da informação geográfica - pretende fornecer às autoridades públicas e ao mercado, um sistema harmonizado de geoestatísticas para a descrição, monitorização e análise das sociedades humanas e do seu habitat. Este sistema integrado com outros sistemas de informação poderá servir para a planificação de programas políticos e projectos para o desenvolvimento sustentável na Europa.

A curto prazo, o GEOSTAT pretende apresentar o enquadramento geral para o desenvolvimento de uma infra-estrutura de dados espaciais, começando pelo objectivo de representar os resultados da ronda 2010/11 dos Censos da População e Habitação em grelhas de quadriculas quilométricas, para a Europa, a exemplo do ilustrado no mapa anexo.

O INE, através do DMSI/GEO, integra o consórcio de entidades que desenvolve o projecto, com a participação nas tarefas do *Workpackage 2 - Geostatistics e Workpackage 3 - Infrastructures*.

Informação detalhada sobre o projecto GEOSTAT pode ser consultada em <http://www.efgs.ssb.no/docs/notes/>

Tema em Destaque

Cartografia de suporte à operação Censos 2011

Cartografia Censitária

As Recomendações das Nações Unidas para os Recenseamentos da População e Habitação referem, explicitamente, a importância da cartografia como instrumento de apoio fundamental à realização destas operações, pelo que “são necessários mapas adequados para ajudar no planeamento e controlo das operações censitárias, assim como no tratamento, apresentação, análise e difusão dos resultados censitários”.

Acrescentam ainda as referidas normas que “a delimitação, para fins censitários, das fronteiras territoriais nacionais e internas, assim como das restantes subdivisões do território, constitui uma operação censitária básica e das mais importantes, para além de implicar um período de tempo e esforço bastante consideráveis na preparação destes recenseamentos”.

A preparação de uma base cartográfica censitária constitui uma tarefa que exige um rigoroso planeamento de actividades e a definição de objectivos intermédios e finais, sendo crucial garantir a disponibilização da globalidade dos suportes cartográficos cerca de seis meses antes do momento censitário, tendo em conta o modo como condicionarão o planeamento local dos trabalhos e a recolha dos dados.

Tradicionalmente, o papel da Cartografia Censitária tem sido sobretudo de suporte à delimitação das Secções de Recenseamento (também designadas por Secções Estatísticas, Distritos de Recenseamento, Sectores Censitários, etc), entendidas como áreas geográficas de recolha a atribuir aos recenseadores, e à representação espacial dos resultados.

Contudo, os recentes desenvolvimentos tecnológicos nos Sistemas de Informação Geográfica e outras Tecnologias de Informação Geográfica têm permitido ampliar o âmbito de utilização da Cartografia Censitária.

Em termos genéricos, a disponibilização de mapas digitais asseguram, actualmente, a concretização de vários objectivos, nomeadamente:

- Planeamento global da operação;
- Identificação da Secção de Recenseamento e dos Limites Administrativos e Estatísticos a que se reportam os dados, permitindo ao entrevistador uma mais fácil identificação das unidades a observar (edifícios e alojamentos) assegurando, ao mesmo tempo, a exaustividade e a não duplicação no processo de recolha de dados;
- Controlo da recolha ao nível local, permitindo, através da monitorização do progresso da operação, a identificação de áreas críticas e a rápida implementação de soluções;
- Representação espacial, para pequenas áreas, dos resultados da operação, permitindo a identificação de padrões de distribuição de indicadores demográficos e sociais.

Infra-estrutura de Referenciação Geográfica

Tendo em vista a preparação da cartografia de suporte aos Censos 2011 e as crescentes necessidades de informação estatística georreferenciada, o INE desenvolve, desde meados de 2006, trabalhos de actualização da sua Infra-estrutura de Referenciação Geográfica (IRG).

Uma IRG, como suporte de operações de natureza estatística, deverá apresentar uma componente geográfica de natureza poligonal que permita a recolha eficaz dos dados no terreno, mas que, em simultâneo, possibilite a difusão de informação estatística a níveis geográficos detalhados, nomeadamente ao nível de pequenas áreas, passíveis de agregação espacial para níveis geográficos superiores.

Esta infra-estrutura deverá, em paralelo, contemplar uma componente linear com representação geográfica e alfanumérica de Eixos de Via, atendendo a que a disponibilidade da toponímia é uma componente essencial à recolha de dados no terreno, pelo entrevistador.

Neste âmbito, destaca-se a constituição de uma nova Geodatabase do Sistema de Informação Geográfica segundo uma nova solução de arquitectura, condição prévia para o sucesso da aplicação de edição da BGRI 2011, permitindo adicionalmente obter melhorias ao nível do desempenho do sistema, da optimização do motor do ArcSDE, dos processos de manutenção e *backup* dos dados e da administração da Geodatabase em Oracle.

A informação geográfica encontra-se armazenada numa Base de Dados de imagens e dados vectoriais – GEODATABASE em ArcSDE e Oracle, dividida em 6 grupos lógicos:

- 1 - **Dados de Referência** – Ortofotomapas e Cartografia Topográfica
- 2 - **Unidades Administrativas** – Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)
- 3 - **Unidades Estatísticas** – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)
- 4 - **Unidades Censitárias** – Secções, Subsecções Estatísticas e Lugares definidos pela BGRI:

Componente poligonal da IRG - base hierarquizada assente num sistema de referenciação geográfica, cuja unidade mínima de representação é a Subsecção Estatística.

Conceitos

Secção Estatística: “Unidade territorial correspondente a uma área contínua de uma única freguesia, com cerca de 300 alojamentos destinados à habitação”.

Subsecção Estatística: “Unidade territorial que identifica a mais pequena área de construção ou não, existente dentro da Secção Estatística (quarteirões, lugares ou parte de lugares, áreas residuais)”.

Lugar: “Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação, com designação própria, podendo pertencer a uma ou mais freguesias”.

Secções e subsecções



Eixos de via e toponímia

5 - Eixos de Via – Base de Segmentos de Arruamentos (BSA)
Componente linear da IRG, constituída por uma base de eixos de via, respectiva designação e números de porta associados.



Edifícios



6 - Edifícios - Base Geográfica de Edifícios (BGE)

Componente pontual da IRG, base geográfica de natureza pontual referente a edifícios.

No link <http://sig.ine.pt/viewer.htm> poderá visualizar a informação geográfica descrita. Construção da BGRI 2011

Construção da BGRI 2011

A BGRI é uma das componentes centrais da Infra-estrutura de Referência Geográfica do INE. Corresponde a uma estrutura geográfica de natureza poligonal que divide o território nacional ao nível das Freguesias, em áreas estatísticas homogéneas – as Secções e as Subsecções Estatísticas.

A BGRI 2011 deverá reflectir as transformações do construtivo habitacional ocorridas na última década – a existência de novos quarteirões ou de novos Lugares e a expansão ou extinção dos Lugares existentes – adequando a geografia das Secções e Subsecções Estatísticas, e igualmente dos Lugares, à actual realidade territorial.

A construção da BGRI 2011 é um processo complexo que envolve múltiplos intervenientes e implica a conjugação de um volume considerável de dados geográficos provenientes de várias fontes de informação, cujos objectivos podem ser enumerados da seguinte forma:

- Actualização nacional e exaustiva dos Limites Administrativos e Estatísticos;
- Incremento da disponibilidade de toponímia de Eixos de Via;
- Definição das Secções Estatísticas;
- Melhoria da IRG ao nível de Eixos de Via e nºs de porta, para permitir:
 - o incremento da apropriação de ficheiros administrativos;
 - o desenvolvimento de uma infra-estrutura de grande flexibilidade para a definição e selecção de amostras.

Estratégia

A estratégia para a construção da BGRI 2011 apoia-se nos seguintes vectores:

- Divisão do processo em diversas fases, de acordo com o encadeamento lógico/temporal dos procedimentos a realizar, simplificando, assim, o planeamento, a gestão e a execução das acções;
- Aquisição e licenciamento de cartografia digital de referência, ao nível nacional – vectores de Eixos de Via e Ortofotocartografia – com o maior grau de actualização e exactidão possíveis, que sirva de base à edição dos novos limites das Subsecções Estatísticas e à produção das Cartas Panorâmicas de Freguesia e de Secção e Cartas Pormenor de Lugar.
A cartografia de Eixos de Via é, sempre que possível, complementada com cartografia municipal;
- Celebração de Protocolos de Colaboração com diversas entidades, nomeadamente com os Municípios, com o Instituto Geográfico Português (IGP) e com a Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), que permitem a cedência ou licenciamento de cartografia digital e a apropriação ou o acesso a dados relativos ao número e localização dos Edifícios e respectivos Alojamentos. No caso dos Municípios, o Protocolo de Colaboração contempla igualmente o processo de validação local da proposta preliminar da BGRI 2011;
- Edição centralizada da BGRI 2011 através da Internet (Web), com o recurso a uma aplicação informática em ArcGis Server, que integra todas as fases da sua construção;
- Aplicação desenvolvida à medida, para o INE, que permite efectuar, em simultâneo por vários operadores, a edição dos limites das Subsecções Estatísticas e dos Lugares e o seccionamento estatístico do território, com controlo de qualidade geométrica e alfanumérica dos dados. A edição directa sobre a Base de Dados, para além de tornar todo o processo mais expedito, garante a coerência e a integridade dos dados produzidos.

Do ponto de vista metodológico, a construção da BGRI 2011 apresenta significativas alterações relativamente ao processo implementado na década passada, aquando da construção da BGRI 2001.

Desde logo porque o INE dispunha, à partida, da totalidade dos dados em formato digital e, por outro lado, pela opção tomada no sentido de incorporar, na IRG, informação associada ao endereço.

Na prática, a BGRI 2011 apropriou-se dos elementos estruturantes da BGRI 2001, nomeadamente dos limites de Lugar, complementados com a incorporação de dados de Eixos de Via e dados municipais auxiliares, principalmente Perímetros Urbanos.

Etapas

As etapas de construção da BGRI 2011, estão esquematizadas no diagrama seguinte:



1 - Preparação dos Dados Geográficos:

A construção de um DataSet de edição, denominado BaseLine, constitui a primeira etapa do processo. Nesta fase, procede-se à combinação da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) com dados de Eixos de Via comerciais ou municipais, e ainda outros elementos estruturantes da Geodatabase do INE (lugares, linhas de água, perímetros urbanos...), visando constituir o conjunto de dados de natureza linear a ser utilizado na criação dos polígonos.

Como dados de referência é utilizada a série nacional de ortofotocartografia (2007) licenciada pelo Instituto Geográfico Português, pela Direcção Regional de Informação Geográfica e Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira (DRIGOT) e pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (SRCTE) da Região Autónoma dos Açores.

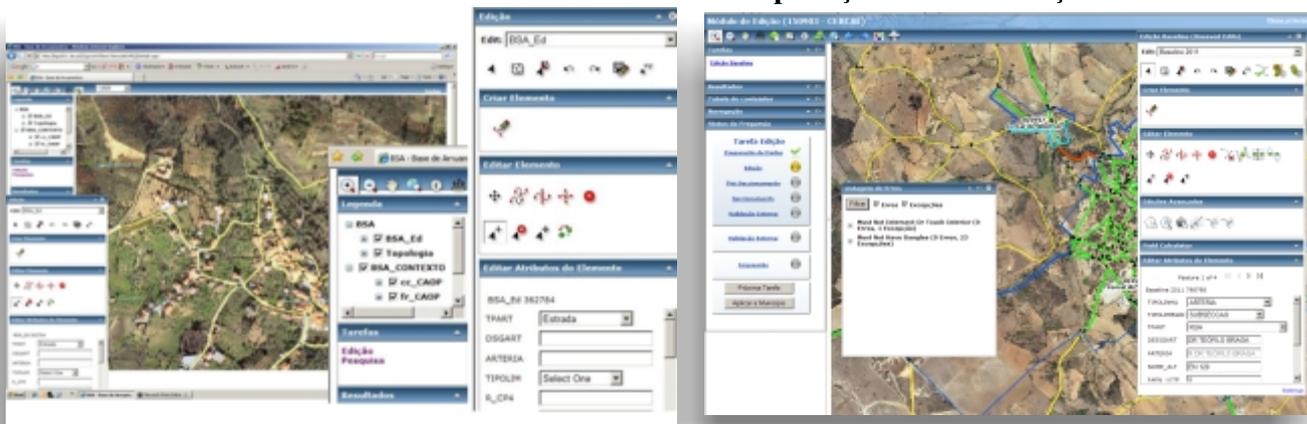
2 - Edição dos Dados Geográficos:

O processo de edição está subdividido em 2 fases:

- Edição de linhas e definição de Perímetros de Lugar;
- Definição do Seccionamento Estatístico.

A edição referente ao ajustamento e criação de novos eixos/subsecções estatísticas, é executada com recurso à série nacional de ortofotocartografia e a uma aplicação Web desenvolvida em ArcGIS Server, configurando-se relativamente a 2001, uma importante mudança na plataforma tecnológica.

Aplicação Web de Edição ArcGIS Server



Este processo de edição caracteriza-se por:

- Edição nacional centralizada, por oposição à edição por Município;
- Utilização da via WEB, por oposição à edição em desktop;
- Implementação de rotinas globais de controlo de qualidade;
- Conformidade com o Modelo de Dados do INE;
- Consolidação imediata dos dados no DataSet de edição;
- Redução do tempo de edição.

3 - Seccionamento Estatístico:

Uma das etapas essenciais na preparação da BGRI 2011 consiste na criação das Secções Estatísticas, unidades constituídas com base na agregação de Subsecções Estatísticas, e que constituem a unidade geográfica base para o trabalho de campo a realizar pelos recenseadores.

As Secções Estatísticas devem, tanto quanto possível, possuir uma dimensão semelhante e na ordem dos 300 alojamentos, devendo todas as Subsecções da Secção ser espacialmente contíguas, garantindo assim que os recenseadores, em termos operacionais, possuam uma área de trabalho contínua e um número de alojamentos ideal para a realização do seu trabalho. Finalmente, as Secções Estatísticas devem, em termos espaciais, confinar-se às fronteiras de cada uma das Freguesias.

Atendendo às características desta tarefa e ao facto de a definição dos limites da Secção assumir claramente contornos de um problema de optimização combinatorial, o INE optou por efectuar o seccionamento da BGRI 2011 com o apoio do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI), que com recurso a um algoritmo de optimização, garante a automatização desta fase e enormes ganhos em tempo e precisão.

Como fonte de dados sobre o nº de alojamentos a considerar para a definição do seccionamento estatístico, foram utilizadas as seguintes bases alfanuméricas de dados georreferenciados:

- Censos 2001;
- Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU) – Licenciamento Municipal;
- Levantamentos municipais;
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Mapas Censitários

Como cartografia de apoio aos trabalhos de campo da operação Censos 2011, será distribuído a cada recenseador um suporte cartográfico da Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI), denominado Carta Panorâmica de Secção – CPS e, sempre que se justificar, uma Carta Pormenor de Secção (CPoS).

Tratam-se de representações sobre ortofotocartografia, que permitirão ao recenseador:

- Dispor da representação cartográfica da sua área de intervenção e ter um conhecimento preciso dos limites geográficos da mesma;
- Observar da melhor forma os elementos geográficos, nomeadamente edifícios, que devam ser de facto observados;
- Dispor dos códigos administrativos e estatísticos a utilizar no preenchimento dos instrumentos de notação.

Estará também disponível em cada uma das Juntas de Freguesia uma Carta Panorâmica de Freguesia – CPF.

Carta Panorâmica de Freguesia (CPF)

Escalas: 1/5 000, 1/10 000 ou 1/25 000

Integra:

- A delimitação da área total da Freguesia;
- A delimitação e identificação das secções estatísticas.





Carta Panorâmica de Secção (CPS)
Escala: 1/2 000, 1/5 000 ou 1/10 000
Integra:

- Delimitação e identificação das subsecções estatísticas - numeração contínua sem falhas;
- Delimitação e identificação do(s) Lugar(es) abrangidos pela Secção Estatística;
- Delimitação e identificação das Subsecções Estatísticas residuais (subsecções referentes a áreas exteriores aos limites de lugar);
- Toponímia de Eixos de Via - generalizada.

Carta Pormenor de Secção (CPoS)
Escala: 1/2 000, 1/2 000 ou 1/5 000
Integra:

- Delimitação e identificação das subsecções estatísticas, referentes a um mesmo lugar;
- Toponímia de Eixos de Via - generalizada.



Manutenção do Histórico

Relação BGRI 2011/BGRI 2001/BGRE 1991

A necessidade de assegurar a comparabilidade da informação estatística produzida nos dois últimos momentos censitários para os níveis geográficos de Subsecção Estatística e Lugar, conduziu à criação de uma Base Mínima Comum (BMC).

A BMC foi originada pela agregação das Subsecções Estatísticas que sofreram alterações entre 1991 e 2001, até que a sua delimitação fosse coincidente, permitindo, para a mesma área geográfica, a comparação de dados dos dois momentos censitários e a verificação de tendências evolutivas.

A necessidade de alterar o sistema de codificação das Subsecções Estatísticas, utilizado em 1991 e em 2001, por razões de esgotamento e inexistência de códigos disponíveis, a par da complexidade que originaria a integração da mescla de geografia de pequenas áreas definidas para os três momentos censitários, não tornou possível a manutenção do princípio da comparabilidade das séries de dados das operações censitárias de 1991, 2001 e 2011, através de uma Base Mínima Comum aos três Censos.

A manutenção do histórico entre os três momentos censitários será assegurada através da georreferenciação dos edifícios dos Censos 2011 que integrarão a Base Geográfica de Edifícios (BGE), cuja natureza pontual garante a comparabilidade das séries de dados, actuais e futuras, das diferentes operações de recenseamento, independentemente da geografia das subsecções utilizada em cada operação.

Interacção com Autarquias Locais e Associações de Municípios

Protocolo de Colaboração

Dada a necessidade de definir com objectividade o quadro de colaboração entre o INE e os Municípios para a actualização da IRG e construção da cartografia censitária, foram assinados Protocolos com os Municípios e Associações de Municípios do País, visando a implementação de um conjunto de acções, relevantes para a realização e sucesso dos Censos 2011. Estas acções compreendem, entre outras actividades, a partilha de conhecimento e de dados geográficos e alfanuméricos, que possibilitem a definição da malha de subsecções da BGRI 2011, representativa da delimitação de lugares e de unidades municipais de gestão e planeamento, face à da ocupação do território, nomeadamente à evolução do parque residencial. Encontram-se, neste momento, já assinados Protocolos de Colaboração com cerca de 230 Municípios e Associações de Municípios, estando os restantes em fase de análise nos serviços competentes.

Validação Local da BGRI 2011

Os trabalhos de validação local da versão preliminar da BGRI 2011 junto das Autarquias têm como objectivo principal assegurar a melhoria da qualidade da mesma, e consequentemente, possibilitar uma planificação mais rigorosa dos meios e da organização previstos para os Censos 2011.

A participação das Câmaras Municipais no quadro destes trabalhos encontra-se prevista nos Protocolos de Colaboração celebrados a partir de 2008.

Os trabalhos de validação local da versão preliminar da BGRI 2011 junto das Autarquias Locais, visam os seguintes objectivos:

- Informar sobre os limites administrativos de Município e Freguesia que irão ser utilizados, de acordo com a versão em vigor da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP);
- Validar:
 - . os limites e as designações dos Lugares (perímetros e toponímicos);
 - . a Toponímia urbana;
 - . o dimensionamento das Secções Estatísticas.
- Estabelecer um clima de cooperação e confiança entre o INE e as Autarquias Locais, decisivo para a realização dos Censos 2011.

As alterações produzidas são objecto de descrição em relatório assinado pelos interlocutores do INE e do Município, constituindo este documento um compromisso escrito de aceitação da versão final da BGRI, pelo Município.

O processo de Validação Local é um processo moroso que deve, com rigor, reflectir as alterações propostas pelos Municípios, para os parâmetros em análise.

Salvo algumas excepções, o resultado das validações até agora efectuadas reflectem, no essencial, alterações nos Lugares (alteração de limites, criação ou eliminação de Lugares).

A utilização dos Perímetros Urbanos — actualizados no âmbito das revisões dos Planos Directores Municipais actualmente em curso por todo o país — como elementos auxiliares para a definição dos limites de Lugar, tem sido um procedimento acordado entre as Autarquias e o INE, para que a BGRI 2011 reflecta a relação entre o subsecionamento estatístico e as unidades operativas de planeamento ou gestão municipais.

A validação dos Eixos de Via (introdução de novos eixos de via ou actualização da toponímia), da malha de subsecções e do sobredimensionamento ou subdimensionamento das Secções Estatísticas, não tem produzido, comparativamente à validação dos Lugares, grandes alterações à proposta apresentada pelo INE.

Aspectos Organizacionais

O projecto BGRI 2011 iniciou-se em 2006 com o estabelecimento dos primeiros contactos com os Municípios e Associações de Municípios.

Os trabalhos têm sido desenvolvidos pelos técnicos do Serviço de Geoinformação no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro, com o envolvimento de vários outros Serviços do Instituto e dos Serviços de Estatística das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Marcos de Calendário

- Início dos contactos com as Autarquias Locais – 2006;
- Aquisição de dados geográficos de referência – 2007;
- Aquisição de dados auxiliares municipais – 2008/2010;
- Disponibilidade da aplicação de edição – Agosto de 2008;
- Início da validação da proposta Preliminar de BGRI 2011 pelas Autarquias - Junho de 2009;
- Conclusão dos trabalhos – Setembro de 2010.

Contactos

Instituto Nacional de Estatística

Av. António José de Almeida

1000-043 LISBOA

Tel.: + 351 218 426 100

Fax: + 351 218 426 380

E-mail: ine@ine.pt

Censos 2011

E-mail: censos@ine.pt



Equipa GEO

Equipa em Foco

BGRI2011

Base Geográfica de Referência da Informação



INE/DMSI

Serviço de Georreferenciação



SREA

Rui Barbosa

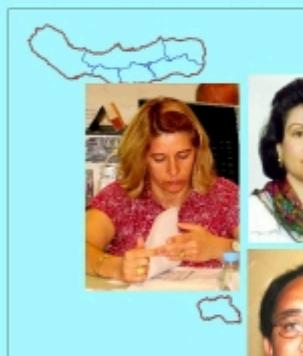


Delegação Porto

Mimosa Pinho
Isabel Gonçalves
Jorge Prata
Nuno Toriz

Delegação Coimbra

Marcelo Pereira



Lisboa

Ana Santos
Céu Silva
Paulo Videira
Mário Lucas
Isabel Machado
Iolanda Alves
Hélio Leote
António Leal
Paula Varanda
António Brazão
João Saúde
Rosário Barroso
Salvador Vicente
João Rosão
Fátima Martins
Francisco Caldeira
Bart Shoenmakers
Luís Garcia
António Machado
Guilherme Graça



DREM

Ana Oliveira
Raquel Santos



Delegação Évora

José Banza
António Serralha



Delegação Faro

Sara Simão
Cláudia Guerreiro